



ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Campo Mourão - Paraná

Lei nº 707, de 21 de novembro de 1990 e Lei nº 3.640, de 30 de setembro de 2015 – Edição Eletrônica

Atos do Poder Executivo:

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4862

De 13 de maio de 2025

Dispõe sobre a proibição de execução de músicas que exaltem a criminalidade, que contenham letras que façam apologia ao crime, ao uso de drogas, às facções criminosas e/ou ao tráfico de entorpecentes, bem como àquelas que transmitam expressamente conteúdo pornográfico, linguagem obsceno e expressões vulgares que aludam à prática de relação sexual ou de ato libidinoso de forma explícita, danças ou coreografias que desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento nos eventos promovidos pelas instituições de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio, públicas e privadas, sediadas no Município de Campo Mourão, e dá outras providências.

O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica proibida a execução de músicas que exaltem a criminalidade, que contenham letras que façam apologia ao crime, ao uso de drogas, às facções criminosas e/ou ao tráfico de entorpecentes, bem como àquelas que transmitam expressamente conteúdo pornográfico, linguagem obsceno e expressões vulgares que aludam à prática de relação sexual ou de ato libidinoso de forma explícita, nos eventos promovidos pelas instituições de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio, públicas e privadas, sediadas no município de Campo Mourão.

Parágrafo único. A proibição de que trata o “caput” deste artigo se estende para os eventos promovidos nas instituições voltadas para o público infanto-juvenil.

Art. 2º O responsável pela escola ou instituição será o encarregado de fiscalizar o cumprimento desta Lei, e o descumprimento acarretará a interrupção imediata do evento no qual a música estiver sendo executada, dentre outras medidas punitivas a serem regulamentadas.

Art. 3º Qualquer cidadão que verifique a ocorrência descrita no art. 1º desta Lei, na omissão da gestão da escola ou instituição, poderá fazer denúncia aos órgãos responsáveis.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “10 DE OUTUBRO”

Campo Mourão, 13 de maio de 2025

João Douglas Fabrício - **Prefeito Municipal**

LEI Nº 4863

De 13 de maio de 2025.

Regulamenta o uso do cordão de girassol como instrumento auxiliar de orientação para a identificação de pessoas com deficiência oculta, transtornos e doenças raras, conforme estabelece o art. 2º-A da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), com Redação dada pela Lei Federal nº 14.624, de 17 de julho de 2023.





Órgão Oficial Eletrônico - 3178

Campo Mourão - Terça-feira - 13/05/2025

O **PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o uso do cordão de girassol, instrumento auxiliar de identificação da pessoa com deficiência oculta, transtornos e doenças raras, conforme dispõe o art. 2º-A da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), com Redação dada pela Lei Federal nº 14.624, de 17 de julho de 2023.

Parágrafo único. O acessório de que trata esta Lei observará, sempre que possível, as especificações do Poder Executivo.

Art. 2º Considera-se, para os fins desta Lei, pessoa com deficiência oculta, transtornos e doenças raras aquela que possui impedimento de longo prazo, de natureza mental, intelectual ou sensorial, que possa impossibilitar sua participação plena e efetiva na sociedade quando em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 3º Os estabelecimentos públicos e privados, principalmente os referidos na Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, ficam obrigados a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e imediato às pessoas a que se refere o caput do art. 2º

Parágrafo único. Entendem-se, para os fins desta Lei, por estabelecimento privado:

- I** - Mercados ou supermercados;
- II** - Instituições bancárias e afins;
- III** - Bares, restaurantes e lanchonetes;
- IV** - Lojas em geral;
- V** - Shopping centers;
- VI** - Comércio em geral e afins.
- VII** - Hospitais, clínicas, e afins.

Art. 4º O uso do cordão de girassol é facultativo.

Parágrafo único. Conforme § 2º do art. 2º-A da Lei Federal nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), com Redação dada pela Lei Federal nº 14.624, de 2023, o uso do cordão de girassol não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência oculta, transtorno ou doença rara, caso seja solicitado.

Art. 5º O uso do cordão de girassol não constitui fator condicionante para o gozo de direitos assegurados à pessoa com deficiência, de acordo com o § 1º do art. 2º-A da Lei Federal nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), com Redação dada pela Lei Federal nº 14.624, de 2023.

Art. 6º O Poder Executivo, sempre que possível, divulgará, por meio dos órgãos competentes e mecanismos adequados, que o cordão de girassol é o símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas, transtornos e doenças raras.

§ 1º A campanha municipal realizar-se-á, prioritariamente, no mês de setembro, durante o Setembro Verde, mês da inclusão social de pessoas com deficiência.

§ 2º O Poder Executivo escolherá livremente os meios de divulgação, publicidade ou veiculação desta campanha, observado o disposto neste artigo.





Órgão Oficial Eletrônico - 3178
Campo Mourão - Terça-feira - 13/05/2025

Art. 7º Os estabelecimentos públicos e privados, referidos no art. 3º, ficam responsáveis por orientar seus funcionários e colaboradores quanto ao disposto nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"
Campo Mourão, 13 de maio de 2025

João Douglas Fabrício - **Prefeito Municipal**

DECRETO Nº 11811

De 13 de maio de 2025

Abre **Crédito Adicional Suplementar** no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação no valor de **R\$ 17.010,23 (dezesete mil e dez reais e vinte e três centavos)**.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 4820, de 20 de dezembro de 2024, e tendo em vista o contido no Protocolo nº 22206/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto **Crédito Adicional Suplementar**, com base em anulação parcial de dotação, no valor de **R\$ 17.010,23 (dezesete mil e dez reais e vinte e três centavos)**, para reforço no exercício financeiro de 2025 da seguinte dotação orçamentária:

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Assistência Social - SEASO		
Unidade Orçamentária: 12.008	Fundo Municipal do Idoso	
Funcional 12.008.0008.0241.0040.2073	Programática:Atividade:Manter a Proteção Social Básica e Especial para Atendimento ao Idoso	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 - Material de consumo	01101 - BB 84299-0 - CENTRO DIA POP IDOSA - DELIBERAÇÃO N. 19/2023 CEDI/PR	R\$ 17.010,23
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 17.010,23		

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior será anulada parcialmente a seguinte dotação especificada:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria Municipal de Assistência Social - SEASO		
Unidade Orçamentária: 12.008	Fundo Municipal do Idoso	
Funcional 12.008.0008.0241.0040.2073	Programática:Atividade: Manter a Proteção Social Básica e Especial para Atendimento ao Idoso	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01101 - BB 84299-0 - CENTRO DIA POP IDOSA - DELIBERAÇÃO N. 19/2023 CEDI/PR	R\$ 17.010,23
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 17.010,23		

